

Depoimento do Associado Luis Mira Amaral sobre o Estudo “Avaliar o grau de reformismo do Estado?” de Miguel Cadilhe

Em 2024.02.17

O Dr. Miguel Cadilhe com o superior conhecimento que tem da nossa economia e das nossas finanças públicas publica um texto muito interessante sobre “Avaliar o grau de reformismo do Estado?” a partir de três rácios:

1-*T trend/PIB trend*;

2-*DCP trend/PIB trend*;

3-*ENRc trend/PIB trend*

Como ele explica, o *trend* é a tendência de longo prazo da variável em questão, variável tendencial, e ele vai considerar quatro variáveis: o Produto Interno Bruto (PIB), a Despesa Pública Corrente Primária (DCP), a Tributação entendida como soma de todas as receitas fiscais e parafiscais, incluindo contribuições efetivas para a SS(T) e a Economia Não Registada, vulgo Economia Paralela(ENR).

Ele própria explica os termos tendência da variável e variável estrutural, conceito este aliás muito utilizado para o cálculo do saldo orçamental estrutural que, como o nome indica, pretende medir no fundo o saldo que a estrutura de receitas e despesas públicas cria, expurgada do ciclo económico e de receitas e despesas extraordinárias, as chamadas *one shot*, ou seja, não recorrentes. Ele defende que, embora os métodos de cálculo possam ser distintos, “no longo prazo não podem deixar de ser muito próximos o estrutural e o tendencial”. Sabemos as dificuldades práticas de calcular o saldo estrutural ajustado do ciclo e o PIB potencial e o autor justifica o uso do tendencial e não do estrutural pelo facto do primeiro “ser mais trabalhável” porque no fundo resulta dum ajustamento estatístico, ou duma análise de regressão, sobre os dados da série efetiva (casos do PIB, T, DCP) ou estimada (caso da ENR). Pode usar-se por exemplo o conhecido MMQ, método dos mínimos quadrados.

Seja como for, quer o estrutural quer o tendencial limpam o ciclo económico, o conjuntural e o extraordinário.

Também compreendo que o exercício só possa ser feito a partir de 1995 por razões da quebra técnica das séries estatísticas ocorrida em 1995. Mas assim sendo, não será possível fazer dois exercícios, um com uma série longa que acabasse em 1995 e este que foi feito começado em 1995? É que a simplicidade e rigor conceptual dos três rácios utilizados aguça-me o apetite para num exercício semelhante saber o grau de reformismo do nosso Estado no período anterior muito rico politicamente e que até levou a uma mudança de regime...

Sem grande surpresa para mim, a análise das Figuras 1 e 2 resultantes do cálculo ao longo do período dos critérios 1 e 2, leva-nos a concluir que a dimensão relativa do Estado em termos de impostos e de despesa corrente primária em relação ao PIB tem vindo infelizmente

sempre a aumentar. Digo infelizmente porque concordo com o autor que “este esforço excessivo é uma das principais causas do nosso decepcionante crescimento no século XXI” que “em dadas condições e dentro de certos limites, a conclusão geral tende a ser: menos impostos. mais crescimento” e “que no que toca ao facto da “DCP cresceu mais do que cresceu a economia” tal também é “sinais de fraco reformismo do Estado” e de o Estado “ ser pesado e pouco eficiente à partida”

Já no critério 3, a Figura 3 mostra como diz o autor que “a economia paralela colou-se à economia portuguesa e seguiu o seu crescimento”.

Sabemos as dificuldades de calcular a economia paralela, o que o autor refere, e também explica os métodos utilizados para as ultrapassar. Mas, eu levantaria a seguinte questão: será que a economia paralela também influencia total ou parcialmente o PIB? Ou dito de outra forma, embora não pague todos os impostos, embora talvez não consiga escapar a alguns impostos como o IVA e o ISP, e logo por ai seja eticamente condenável, além de contribuir para uma distorção ilegítima de concorrência com o setor formal da economia, terá a economia informal contribuído ou não para a criação de riqueza em Portugal? É que me lembro dos meus tempos de Ministro da Indústria em que alguns me diziam que na economia italiana haveria um poderoso setor industrial informal que criava emprego e contribuía para o produto, embora não pagasse impostos...

Por ultimo, levanto uma questão que me parece muito pertinente no contexto das preocupações deste artigo. Considero que o PRR está a ser uma oportunidade perdida para reformar o Estado Português: é que tem volumosas verbas alocadas à digitalização da nossa Administração Pública e considero que o que está a ser feito será apenas atribuir aos serviços mais computadores e ligações à internet (o que levará apenas à digitalização da atual burocracia!) e não uma verdadeira transformação digital em que se juntem pessoas, tecnologias digitais e reengenharia de processos para tornar os serviços públicos mais *lean*, mais rápidos e mais amigáveis para os cidadãos. Estar-se-á apenas a digitalizar a burocracia e não a fazer uma verdadeira transformação digital da Administração Pública associada à reengenharia de processos com a consequente requalificação dos recursos humanos (*reskilling* e *upskilling*). Temos o dinheiro do PRR, temos em Portugal consultores e empresas integradoras de sistemas que conduziram com grande sucesso a transformação digital no setor financeiro, nas utilities e nas empresas, falta-nos para a Administração Pública infelizmente uma liderança politica com visão estratégica e vontade reformista de aproveitar a transformação digital para Reformar o Estado, preocupação maior e inteiramente pertinente do Dr. Miguel Cadilhe neste texto

Lisboa, 17 de fevereiro de 2024

Luis Mira Amaral”